

Fundeb terá semana decisiva no Senado

Comissão de Justiça do Senado retoma, a partir de quarta-feira, a discussão das emendas à proposta que cria o fundo de manutenção da educação básica. Estão em pauta questões como carreira, jornada e piso salarial da rede pública de ensino. **Página 8**



Célio Azeredo

Suplicy, Saturnino e Azeredo na CRE: moção contra a pena de morte no Iraque

Comissão rejeita pena de morte para terrorista que matou Vieira de Mello

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado brasileiro não quer que o Iraque execute o terrorista responsável pelo atentado que, em 19 de agosto de 2003, matou o diplomata Sérgio Vieira de Mello. Requerimento nesse sentido, do senador Eduardo Suplicy, foi aprovado ontem pelo

colegiado. Suplicy lembrou que Vieira de Mello, quando desempenhou a função de administrador transnacional do Timor Leste, de 1999 a 2002, aboliu a pena de morte naquele país.

O presidente da CRE, Roberto Saturnino, afirmou que o diplomata tinha “convicção profunda contra a pena de morte, que via

como vingança”. A viúva de Vieira de Mello, a argentina Carolina Larriera, concordou com Saturnino. O requerimento deve ser votado pelo Plenário do Senado em regime de urgência.

A comissão aprovou também indicações do presidente da República para duas embaixadas. **Página 6**

Comissão Mista de Orçamento pode afastar faltosos **Página 2**

Gasoduto da Venezuela à Argentina recebe críticas **Página 7**

CPI dos Bingos vai ouvir Comendador em Cuiabá

Senadores designados pela CPI dos Bingos vão agendar depoimento do contraventor João Arcanjo Ribeiro, o

Comendador, em Cuiabá. Há suspeita de ligação dele com a morte do ex-prefeito Celso Daniel. **Página 5**



Subprocurador da República Moacir Guimarães (E) depõe na CPI, presidida por Efraim



Geraldo Magela

Ellen Gracie, primeira mulher a presidir o Supremo

Mais alta corte de Justiça, o Supremo Tribunal Federal é presidido desde ontem por uma mulher: a ministra Ellen Gracie tomou posse no cargo, ao lado de representantes do Executivo e do Legislativo. O presidente do Senado, Renan Calheiros, considerou o momento “histórico”. **Página 3**



Acima, José Alencar, Renan e Lula. Ao lado, Ellen Gracie fala dos novos desafios da Justiça

Geraldo Magela

J. Freitas

Cobrança por presença de parlamentares, já prevista no regimento do colegiado, pretende garantir quórum às reuniões e acelerar a tramitação das matérias

Faltosos poderão ser afastados da Comissão Mista de Orçamento

A cobrança de presença dos membros da Comissão Mista de Orçamento (CMO) nas reuniões do colegiado será mais rigorosa a partir de agora. No caso de ausência a três reuniões consecutivas ou seis alternadas, o parlamentar terá sua substituição solicitada ao líder do respectivo partido. A informação foi prestada ontem pelo presidente da comissão, deputado Gilmar Machado (PT-MG), em entrevista à imprensa.

Já prevista no regimento da CMO, a decisão faz parte de um conjunto de medidas que serão adotadas para garantir quórum às reuniões e acelerar a tramitação das matérias. O objetivo é evitar que se repita o que aconteceu durante a apreciação da proposta orçamentária deste ano, concluída com quatro meses de atraso. Os impasses – por conta de divergências sobre a destinação de verbas, com destaque para o problema das compensações aos estados pelas isenções tributárias previstas na Lei Kandir – motivaram permanente esvaziamento do plenário da comissão.

– Vou cumprir o regimento da comissão – garantiu Machado, salientando que as faltas serão abonadas apenas em caso de doença ou se o parlamentar estiver em missão oficial do colegiado.

Gilmar Machado disse contar com o apoio das lideranças partidárias para promover as mudanças nos procedimentos. Para racionalizar o exame das matérias que tramitam na comissão, também está sendo examinada a



Machado (E) diz que objetivo é evitar o que houve na apreciação do Orçamento deste ano

imposição de um limite ao número de emendas que poderão ser apresentadas a cada proposição. Atualmente, há um limite – de 20 – apenas para a proposta orçamentária anual. Uma questão de ordem, sob exame de Machado, proposta pelo deputado Pedro Novaes (PMDB-MA), defende a aplicação desse mesmo prazo a todas as demais proposições.

Recentemente empossado, Gilmar Machado anunciou outros planos para seu mandato de um ano à frente da Comissão de Orçamento. Um deles é o de “limpar” a pauta da comissão, para que restem nela apenas as matérias deste ano. A deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) foi designada para levantar todas as proposições pendentes – entre as quais as prestações de contas do governo ainda relativas a 2002 – e emitir parecer para votação conjunta.

Outra intenção de Machado visa contribuir para que a exe-

cução orçamentária – fase em que os gastos autorizados pelo Legislativo são realizados pelo governo – ganhe mais transparência perante a sociedade. Segundo ele, mudanças nas rotinas da consultoria da CMO e nos seus sistemas de informações vão permitir que os dados sobre os gastos estejam disponíveis na internet com defasagem de apenas um dia após sua realização. Hoje, esses dados levam cerca de 15 dias para estarem acessíveis.

Gilmar Machado revelou, ainda, que a “publicização” será reforçada com a abertura do Sistema Integrado de Administração Financeira do governo – o Siafi – a três entidades não-governamentais. Além disso, para facilitar a implementação dessas medidas e estudar outras formas de divulgação, foi criado um comitê específico dentro da Comissão de Orçamento. À frente dele está o deputado Paulo Rubem Santiago (PT-PE).

Proposta orçamentária de 2006 é encaminhada à sanção presidencial

Aprovada pelo Congresso há duas semanas, a proposta orçamentária para 2006 foi remetida à sanção do Executivo na quarta-feira passada. A partir de então, começou a correr o prazo de 15 dias úteis para a manifestação do presidente da República. Em princípio, como autoriza a Constituição, o chefe do Executivo pode impor vetos a partes do texto, que devem depois ser examinados pelo Congresso, com aceitação ou derrubada.

Ao confirmar a remessa, o

presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Gilmar Machado, justificou a demora na iniciativa. Para ele, o atraso foi provocado pela necessidade de conferência minuciosa do texto, em decorrência das alterações de última hora feitas no Congresso. O deputado também informou que o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, estará na CMO na terça-feira para debater a já anunciada disposição do governo de contingenciar despesas do Orçamento deste ano.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão plenária destinada a pronunciamentos

A sessão de hoje tem início às 9h. De caráter não-deliberativo, ela não prevê votações, mas avisos das lideranças e debates entre os senadores. Os parlamentares devem fazer pronunciamentos sobre o Dia do Trabalho, a ser comemorado na segunda-feira.

Riocentro 25 anos: uma explosão que abalou o país

O *Senado Repórter* de hoje, às 20h, lembra os 25 anos da explosão da bomba do Riocentro, manobra idealizada por militares para responsabilizar a oposição ao regime dos generais. O caso é considerado um dos marcos para a abertura política. O especial tem reapresentação amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

Alô Senado

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação na Casa. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800 612210 e ainda pelo correio eletrônico alosenado@senado.gov.br.

Mostra portuguesa

Hoje é o último dia para conferir a *Mostra Especial Portuguesa*, no Salão Negro. A iniciativa é uma parceria entre o Senado e o Instituto Camões/Embaixada de Portugal, composta de três partes: descobrimento, língua e arte em azulejo.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Alvaro Dias, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro, João Batista Motta, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior e Garibaldi Alves Filho e pela senadora Heloísa Helena



Ana Júlia lembra importância de prêmio concedido a Tarcísio Feitosa da Silva

Ana Júlia destaca conquista de prêmio por ambientalista

A concessão do prêmio internacional Goldman Environmental Prize ao líder social e ambientalista Tarcísio Feitosa da Silva foi destacada ontem, em discurso no Plenário, pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). Ela ressaltou que esse é o principal prêmio mundial atribuído aos defensores do meio ambiente.

Ana Júlia também aplaudiu a sentença que condenou Amair Feijoli da Cunha, o Tato, a 18 anos de prisão, por ter intermediado o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang. Ela foi morta no início do ano passado, no interior do Pará, estado que detém um dos maiores índices de violência no campo.



Maranhão diz que adutoras construídas em seu governo estão irreversíveis

José Maranhão vê colapso no sistema de água da Paraíba

José Maranhão (PMDB-PB) denunciou ontem que o atual governo da Paraíba tem permitido o “colapso e a destruição” dos sistemas de armazenamento e distribuição de águas do estado, tanto para o consumo humano como para irrigação.

O senador disse que adutoras construídas à época em que foi governador se encontram hoje irreversíveis por falta de manutenção, enquanto projetos de irrigação “estão devastados”. Ele afirmou que há “absoluto descaso” com as barragens e manifestou o temor de que ocorram tragédias como o rompimento da represa de Camará, no município de Alagoa Nova, em junho de 2004.

Galeria Construtores do Brasil homenageia as grandes figuras da história

Em ato realizado ontem no gabinete da Presidência da Câmara, com a presença dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e daquela Casa, Aldo Rebelo, além do vice-presidente da República, José de Alencar, foi inaugurada a galeria de quadros Construtores do Brasil, em homenagem a 25 personalidades da história nacional. Para Renan, o Brasil hoje, mais do que nunca, “precisa da inspiração e do

exemplo desses grandes nomes que contribuíram para nossa formação política, cultural e geográfica”.

Compõem a galeria, entre outros, Pedro Álvares Cabral, Padre Manuel da Nóbrega, Zumbi dos Palmares, Tiradentes, José Bonifácio, Frei Caneca, Dom Pedro I, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Princesa Isabel, Luís Carlos Prestes, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.



José Alencar (E), Aldo Rebelo e Renan Calheiros participam do ato de inauguração

Renan saúda Ellen Gracie na presidência do STF

Segundo o presidente do Senado, ter uma mulher à frente do Supremo Tribunal Federal é uma conquista de todas as brasileiras

Ao participar da solenidade de posse da ministra Ellen Gracie na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do ministro Gilmar Mendes na vice-presidência, ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, enfatizou o “momento histórico” por que passa o Brasil, com a posse de uma mulher no mais alto posto de um Poder. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, parlamentares,

ministros e políticos também participaram do evento.

– É um momento histórico. Estamos tendo a honra, a satisfação e o orgulho de ter uma mulher presidindo o Supremo Tribunal Federal – afirmou Renan.

Na mesma linha, o ministro Celso de Mello, que saudou os empossados em nome do Tribunal, e o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, congratularam a ministra, enfatizando que sua posse

é um marco na história do país. Para eles, o fato é a constatação de um grande avanço na redução das diferenças de gênero da história brasileira.

Ellen Gracie disse ter plena consciência do simbolismo de sua posse, dedicando sua conquista a todas as mulheres brasileiras.

– Não é uma conquista individual, mas de todas as mulheres brasileiras – ressaltou a presidenta do Supremo.

Depois de elogiar a ascendente

carreira da ministra, o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, enfatizou a importância da Justiça na “reconstituição da credibilidade das instituições brasileiras”, diante da atual crise política.

– O comportamento indecoroso de alguns agentes públicos expôs ao desgaste as instituições do Estado, aprofundando o descrédito que já as fragilizava perante a sociedade – observou.

Ideli condena discurso de Busato em evento no Supremo

A líder do PT no Senado, Ideli Salvati (SC), considerou “afrontoso e covarde” o discurso pronunciado ontem pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, na posse da ministra Ellen Gracie na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF). As referências de Busato ao mensalão, numa solenidade em que, mesmo presente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não poderia se defender, causaram mal-estar na sessão do Supremo, de acordo com Ideli.

– O presidente da OAB foi inconveniente. Aquela era uma sessão de grande valor simbólico, por ser a posse da primeira mulher num dos Poderes da República – lamentou a senadora, que acusou Busato de querer “roubar a cena”.

Ideli criticou o presidente da OAB por ter mencionado as denúncias como se as ações delas decorrentes já tivessem sido julgadas em última instância.

Para Heráclito Fortes (PFL-PI), Busato só fez ecoar uma denúncia baseada em fatos, e que os discursos duros dos presidentes da OAB já são tradicionais nessas sessões da corte constitucional. Já Demostenes Torres (PFL-GO) observou que a denúncia relativa ao mensalão foi resultado de investigações da CPI dos Correios.



“Presidente da OAB foi afrontoso e covarde”, afirma Ideli Salvati

Para Virgílio, manifestação do presidente da OAB foi brilhante

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), parabenizou o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, pelo discurso proferido por ocasião da posse da ministra Ellen Gracie como presidenta do Supremo Tribunal Federal.

No discurso, Busato criticou indiretamente o presidente Lula, presente à cerimônia, ao afirmar que a República “sofre a pior das crises – a de credibilidade e de confiança”.

– Busato agiu como presidente da OAB, na melhor tradição – comentou, classificando como brilhante o discurso de Busato.

Outro ponto salientado por Arthur Virgílio, em relação ao pronunciamento de Busato, foi quando este lembrou que a crise de confiança leva ao aparecimento da “serpente do autoritarismo”. O parlamentar ressaltou que as instituições democráticas estão fortes no Brasil e que prova disso seria a liberdade que o presidente da OAB teve de pronunciar seu discurso na presença do presidente Lula.

Como deputado e líder do governo Fernando Henrique Cardoso, Virgílio disse ter ouvido discurso proferido “em termos duros” pelo antecessor de Busato e estranhou o fato de o presidente da República não ter direito de resposta. Afirmou, no entanto, ter recebido, naquela oportunidade, lição de democracia de uma advogada presente ao evento, quando esta ponderou que, enquanto o chefe do Executivo tem a sua disposição a televisão e outros meios para expressar sua opinião, a sociedade só teria a OAB para representá-la, em uma única ocasião.



Quintanilha diz que aumento do quadro de pessoal é bem inferior à demanda

Quintanilha quer mais servidores da Caixa no Tocantins

Leomar Quintanilha (PCDoB-TO) pediu ontem que a Caixa Econômica Federal contrate mais funcionários no Tocantins. Apesar de elogiar a atuação do banco, afirmou que, nos últimos anos, o número de seus empregados cresceu em uma proporção muito menor que a sua oferta de serviços e produtos.

O senador disse que, entre 2002 e 2005, o volume de crédito da Caixa no estado, a pessoas jurídicas e físicas, teve expansão de 292% e 93%, respectivamente. Mas ele ressaltou que o número de empregados da instituição cresceu apenas 16,14% nesse mesmo período.

Heráclito Fortes diz que Alckmin é municipalista



Heráclito defende eleição de Alckmin para presidente do país

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) defendeu a eleição do pré-candidato à Presidência da República Geraldo Alckmin, destacando seu discurso aos prefeitos que participaram da IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Segundo Heráclito, o ex-governador paulista defende os municípios.

– Ele discursou mostrando não promessas, mas sua experiência como governador.

O parlamentar disse acreditar que as estatísticas de intenção de voto para Geraldo Alckmin (que atualmente estão em torno de 20%) vão melhorar quando ele começar a viajar pelo país expondo suas idéias e falando do que fez como governador.

Alvaro Dias faz apelo por aumento do FPM

Alvaro Dias (PSDB-PR) fez apelo ontem, em Plenário, para que os deputados federais aprove o projeto que amplia o percentual da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) destinado ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O projeto, que integra a chamada reforma tributária, já foi aprovado pelo Senado e tramita na Câmara desde 2004.

De acordo com a proposta, o FPM receberia 23,5% do total da arrecadação do IR e do IPI, um ponto percentual acima da parcela atual. Calcula-se que o fundo, que é uma das principais fontes de recursos dos municípios brasileiros, passaria a contar com R\$ 1,4 bilhão a mais por ano.

Segundo Alvaro Dias, o governo condiciona seu empenho pela implementação da mudança à aprovação da reforma tributária. Mas para o senador, o Executivo não tem capacidade de articulação política suficiente para obter consenso em torno de um assunto tão controverso.

Marcha propõe novo pacto federativo, avalia Heloísa



Heloísa: propostas dos prefeitos vão além do aumento do FPM

Fotos: Roosevelt Pinheiro

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que as propostas encabeçadas pela Confederação Nacional dos Municípios vão além do aumento de um ponto percentual na parcela da arrecadação federal que compõe o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – reivindicação que qualificou como irrelevante para as prefeituras. Heloísa

disse que há sugestões “mais qualificadas”, que propõem novo modelo de pacto federativo e de ordenamento econômico, fiscal, tributário e orçamentário.

– Eles foram competentes e defenderam o que muitos de nós defendemos: o controle de capitais e a democratização das políticas sociais – salientou.

Jucá prevê arrecadação maior com regras do ICMS unificadas

A unificação das regras do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de modo a elevar a arrecadação e facilitar a cobrança do imposto, foi defendida por Romero Jucá (PMDB-RR). Segundo o senador, a unificação, constante do projeto de reforma tributária, não é aprovada na Câmara dos Deputados por pressão dos estados mais ricos.

– A Câmara não vota há dois anos, apesar de o governo ter feito todas as concessões negociadas, inclusive um seguro contra a queda na arrecadação – disse Jucá, que foi o relator da matéria no Senado, onde o projeto foi modificado, incorporando recursos para os municípios e verbas a fundo perdido para os estados menos desenvolvidos.

Jucá afirma que, ao não votar a unificação das regras do ICMS, fica sem aprovação o aumento em um ponto percentual das parcelas da arrecadação que compõem os recursos do Fundo de Participação dos



Jucá: estados mais ricos fazem pressão para que iniciativa não seja aprovada

Municípios (FPM) e do Fundo de Desenvolvimento Regional. Da mesma forma, segundo o senador, não se viabiliza um mecanismo de repartição de todos os tributos entre a União, os estados e os municípios.

O senador lembrou que, hoje, tanto o FPM quanto o Fundo de Participação dos Estados (FPE) são alimentados apenas pelo Imposto de Renda e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados, deixando de fora fontes importantes como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Agripino: PFL vai pressionar pela aprovação da reforma tributária

Líder do partido admite até a obstrução da pauta de votações da Câmara dos Deputados como forma de assegurar o exame da proposta que tramita desde 2004

Ao ler nota da executiva de seu partido cobrando a votação imediata, na Câmara dos Deputados, do reajuste do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o líder do PFL, senador José Agripino (RN), propôs ontem, em Plenário, a obstrução da pauta de votações da Câmara como forma de pressionar o governo a aprovar o projeto de reforma tributária.

Agripino declarou que apresentaria a proposta de obstrução ao líder de seu partido na Câmara, deputado Rodrigo Maia (RJ), e pediu ao líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), que fizesse o mesmo com relação ao líder tucano, deputado Juthay Magalhães (BA).

– Quando falamos em pressionar o governo federal para aumentar o valor dos repasses do FPM é para aprovar a reforma tributária. É para fazer cumprir



“O que não querem votar botam uma pedra em cima”, diz Agripino sobre a reforma tributária

o dispositivo já votado pelo Senado, e que está empacado na Câmara por inação do governo. Lá só se vota o que eles querem. O que não querem botam uma pedra em cima – protestou o senador.

Justificando a posição de seu partido, Agripino disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva descumprira promessa feita

aos prefeitos de aumentar em um ponto percentual a parcela da arrecadação federal que compõe o FPM. O compromisso de Lula foi feito em março de 2005 durante a VIII Marcha de Prefeitos a Brasília.

O senador acusou ainda o governo de impedir votações de interesse dos municípios na Câmara por meio da edição de número excessivo de medidas provisórias.

– Faz dois anos que o projeto está na Câmara. E é medida provisória em cima de medida provisória travando pauta e dificultando as votações – reclamou o parlamentar.

Em apartes, Arthur Virgílio, Alvaro Dias (PSDB-PR) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apoiaram a proposta de Agripino.



Marcha de volta dos 1.500 prefeitos será triste, lamenta Garibaldi

Governo federal não atendeu reivindicações de prefeitos, critica Garibaldi

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou, ontem, que “a marcha de volta dos prefeitos e prefeitas será triste”, pois não tiveram suas reivindicações atendidas pelo governo federal.

O senador, que é presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais do Se-

nado, disse que o mínimo que o governo deveria ter feito era ter atendido a um dos principais pleitos dos prefeitos: o aumento nos repasses para o Fundo de Participação dos Municípios.

– Foram 1.500 prefeitos que se deslocaram para Brasília e mesmo assim isso não aconteceu

– lamentou Garibaldi.

O parlamentar avaliou que o “desalento dos prefeitos vem de longe”, desde que a Constituição federal, promulgada em 1988, conferiu responsabilidades e deveres às prefeituras, nas áreas de saúde e educação, por exemplo, mas sem compensação dos

recursos necessários.

Embora os prefeitos retornem sem a maioria dos pleitos atendidos, salientou Garibaldi, os gestores municipais permanecerão mobilizados e coesos.

– As marchas continuarão até que se atenda às reivindicações dos prefeitos – anteviu.



Roosevelt Pinheiro

Augusto aplaude normas da Receita e TSE para atuarem em conjunto na fiscalização

Augusto: caixa dois só terá fim com a reforma eleitoral

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) aplaudiu, em Plenário, a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de trabalhar junto com a Receita Federal na fiscalização das campanhas eleitorais, conforme recente instrução normativa das duas instituições (609/06). Mas advertiu que só uma reforma política irá acabar definitivamente com o caixa dois nas eleições e permitir a renovação política.

– A reforma política será vital para atrair para as nossas casas legislativas os melhores talentos, o cidadão honesto, participativo, vocacionado para a vida pública e para a construção do bem comum – afirmou o parlamentar.

Almeida Lima acusa PT de buscar projeto de poder totalitário

Almeida Lima (PMDB-SE) afirmou ontem que, com o objetivo de transformar o Brasil em um “estado totalitário, fascista, intolerante e antidemocrático”, o governo Lula e o PT estão utilizando a doutrina filosófica da irracionalidade, “baseada no uso da força, da inquisição, do terror e na pregação da inveja, da amargura e do ódio entre as classes”.

– Essa é a prática de todos os que adotam, na política, a doutrina da irracionalidade. Entre os que fazem ou fizeram isso, podemos citar Adolf Hitler, Fernando Collor, o presidente Lula e até mesmo, em Sergipe, o prefeito de Aracaju, Marcelo Déda.



Roosevelt Pinheiro

Para Almeida Lima, governo Lula adota a doutrina filosófica da irracionalidade

CPI possui indícios de que contraventor teria ligações com a morte do ex-prefeito Celso Daniel, de Santo André (SP)

Senadores ouvirão o Comendador em Cuiabá

Uma subcomissão da CPI dos Bingos vai a Cuiabá para tomar depoimento do contraventor João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, que se encontra preso naquela cidade. O presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), designou ontem, para compor a subcomissão, os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Wellington Salgado (PMDB-MG), Sibá Machado (PT-AC), Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) e Alvaro Dias (PSDB-PR). Tuma ficou encarregado de agendar o de-

poimento com o secretário de Segurança Pública e Justiça de Mato Grosso, Célio Wilson.

A CPI dos Bingos reuniu indícios de que o Comendador pode ter ligações com a morte do então prefeito do município paulista de Santo André, Celso Daniel, assassinado no início de 2002. O contraventor é acusado de chefiar o crime organizado em Mato Grosso e de sonegar cerca de R\$ 850 milhões à Receita Federal, e responde por crime de homicídio.

Nas investigações sobre as atividades de João Arcanjo Ribeiro, levadas à frente pelo procurador José Pedro Taques, do Ministério Público naquele estado, e pelo juiz Julier Sebastião da Silva, titular da 1ª Vara Federal em Mato Grosso, aparece o nome do empresário Ronan Maria Pinto, apontado como um dos cabeças do esquema de corrupção em Santo André. O esquema envolveria, basicamente, suposto pagamento de propina por parte de empresas à prefeitura. Além disso, há a sus-

peita de que Ronan seja sócio do Comendador em empresas com sede em Cuiabá.

Agenda

Na próxima terça-feira, a CPI dos Bingos deve colher depoimentos do ex-secretário Nacional Antidrogas Wálter Franganiello Maierovitch, e do ex-secretário da Receita Federal Osiris Lopes Filho. Na quarta-feira, os senadores da comissão ouvem o presidente da Federação Brasileira dos Bingos (Febrabingo), Carlos Eduardo Canto.

Subprocurador aponta omissão da Caixa e AGU no caso Gtech

O subprocurador-geral da República Moacir Guimarães Morais Filho disse ontem, em depoimento à CPI dos Bingos, ter estranhado que tanto a Caixa Econômica Federal como a Advocacia Geral da União (AGU) tenham se “omitido” na tentativa de reverter decisões judiciais contrárias à instituição financeira e em favor da multinacional Gtech, entre 2002 e 2003. Ele estimou que essa “acomodação” dos dois órgãos federais tenha causado prejuízo aos cofres da Caixa no valor de R\$ 235 milhões.

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), observou, entretanto, que todo o serviço jurídico do banco estatal, no mês em que o subprocurador foi designado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) para acompanhar o caso Caixa x Gtech (dezembro de 2002), ainda estava sob o comando do governo passado. Portanto, ressaltou, qualquer ilação a respeito de supostas “acomodações” da atual gestão não pode ser aceita.

Moacir Filho admitiu, por outro lado, que a Caixa lutou para não renovar por 25 meses, em abril de 2003, o contrato com a Gtech

no valor de R\$ 650 milhões. A multinacional operava todo o sistema lotérico do país desde 1995, incluindo impressão de jogos e rateio de prêmios. O subprocurador salientou que a Caixa desejava quebrar o monopólio da multinacional e realizar pregões, com o objetivo de fracionar os serviços. Mas, observou, sempre foi impedida de tornar o sistema lotérico aberto ao mercado, diante da concessão, pela 17ª Vara Federal em Brasília, de uma série de liminares favoráveis à Gtech. Essas decisões, num total de 17, como destacou, foram concedidas pela juíza Marisa Giudice, que já se encontra aposentada.

No ano passado, a CPI havia aprovado, por unanimidade, a convocação da juíza, bem como as quebras de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico. O Supremo Tribunal Federal (STF), no entanto, concedeu à juíza *habeas corpus* sustando tanto a convocação como a quebra dos sigilos. A senadora Ideli Salvatti chegou a defender pedido de nova convocação da juíza aposentada, bem como a de Dalide Corrêa, que antes da posse do atual governo respondia pela superintendência jurídica da Caixa.



J. Freitas

Efraim acompanha o depoimento de Moacir Guimarães (E) à CPI dos Bingos

Comissão votará na quarta-feira convocação de Bastos e Mattoso

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, senador Efraim Morais, informou ontem que até a próxima quarta-feira colocará em votação todos os requerimentos pendentes de deliberação. Entre eles, estão os que convocam para depor o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso. O objetivo é obter explicações sobre a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo.

Um outro requerimento, considerado polêmico, também deverá ser votado na quarta-feira pelos membros da CPI dos Bingos: é o que pede a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do presidente do Serviço Brasileiro

de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto. A comissão já aprovou dois outros pedidos solicitando as quebras dos sigilos de Okamoto, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu liminares impedindo que isso ocorresse.

Okamoto é amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e trabalhou na sua campanha eleitoral, em 2002. No seu primeiro depoimento à CPI dos Bingos, o presidente do Sebrae confessou ter pagado do próprio bolso um empréstimo, no valor de R\$ 29 mil, que Lula havia tomado junto ao Partido dos Trabalhadores, mas negou a afirmação em seu segundo depoimento. Ele também é acusado de ter pagado dívidas de Lurian Cordeiro, filha do presidente.

▼ CPI pode antecipar encerramento

Criada para investigar a utilização das casas de bingo na prática de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, a CPI dos Bingos poderá antecipar o encerramento para a última semana de maio ou a primeira de junho, segundo anunciou o seu presidente, Efraim Morais. O prazo final de funcionamento vai até 24 de junho.

Com esse objetivo, Efraim e o relator da comissão, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), decidiram negociar com os senadores do governo e da oposição a permanência de alguns requerimentos e a rejeição de outros. “Todos os lados terão de ceder, porque não serão votados todos os requerimentos”, disse Efraim.



Alvaro quer ações contra a ameaça aos investimentos da Petrobras na Bolívia

Alvaro Dias cobra reação a declarações de Evo Morales

Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou uma posição oficial do governo Lula em defesa dos investimentos milionários da Petrobras na Bolívia. Segundo o senador, o presidente daquele país, Evo Morales, expôs “conceitos tresloucados” sobre o assunto, em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura.

Além de acusar a Petrobras “de roubo e saque ao povo boliviano”, Morales teria revelado acreditar que contratos internacionais não asseguram direito adquirido a empresas de petróleo. Alvaro diz que essa postura de confronto e ameaça não é nova, mas que estaria perplexo com a “omissão do governo Lula no episódio”.



Mesquita propõe contribuição da Europa contra o analfabetismo na América Latina

Mesquita Júnior relata viagem a fórum na Áustria

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) relatou ontem sua participação, representando o Senado, no 4º Encontro entre Parlamentares da América Latina e Caribe (Parlatino) com o Parlamento Europeu, realizado em Bregenz, na Áustria. O evento é preparatório para o quarto encontro de cúpula dos dois parlamentos, a ser realizado em Viena, em maio.

O senador disse ter incluído na carta resultante do fórum a possibilidade de a União Européia financiar a superação do analfabetismo na América Latina. O assunto, informou, deverá ser discutido nos próximos encontros.

Comissão aprova requerimento para a apresentação de apelo ao Iraque por uma punição de outra natureza ao responsável pelo atentado que matou Vieira de Mello

Senado poderá apelar contra pena de morte de terrorista

O Senado poderá apresentar um apelo ao governo e ao Poder Judiciário do Iraque para que adotem uma punição “de outra natureza” ao responsável pelo atentado ocorrido em 2003 que tirou a vida do alto comissário para Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), o brasileiro Sérgio Vieira de Mello. O terrorista foi condenado à morte pelo Tribunal Penal Central do Iraque.

Requerimento nesse sentido, apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP), foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e será agora apreciado pelo Plenário, em regime de urgência. A aprovação contou com o apoio da viúva de Vieira de Mello, a argentina Carolina Larriera, que



Suplicy é autor do requerimento aprovado pela CRE e que vai a Plenário

conversou com o relator da matéria e presidente da CRE, Roberto Saturnino (PT-RJ).

— O embaixador Vieira de Mello tinha uma convicção profunda contra a pena de morte, que ele

via como vingança — observou Saturnino.

Pelo texto aprovado, a comissão pede que se reitere o voto de “veemente repúdio” ao atentado contra a sede da ONU em Bagdá, no qual morreram o brasileiro e 21 outras pessoas, das quais 15 funcionários da ONU, e que se formule o apelo para que não se aplique, no caso, a pena de morte. Informa ainda que Vieira de Mello, um “humanista engajado e militante”, aboliu a pena de morte no Timor Leste quando administrou aquele país.

Durante a discussão, Gerson Camata (PMDB-ES) criticou o requerimento. Ele disse ser contra a adoção pelo Brasil da pena de morte, mas considerou inadequado o Senado imiscuir-se na decisão de um outro país.

Aprovadas indicações de dois embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem pareceres favoráveis às indicações dos novos embaixadores brasileiros na Suíça, Eduardo dos Santos, e no Cazaquistão, Frederico Salomão Duque Estrada Meyer. As duas mensagens serão agora apreciadas pelo Plenário.

Em sua apresentação, Eduardo dos Santos observou que existem no Brasil filiais de aproximadamente 250 empresas suíças — o que faz da Suíça o décimo segundo maior investidor na economia brasileira. Lembrou ainda que vivem hoje no Brasil mais de 1 milhão de descendentes de suíços. A indicação do embaixador — que representará também o Brasil junto ao Principado de Liechtenstein — contou com o voto favorável do relator,



Saturnino (C) coordena a sabatina de Meyer (E) e Santos na comissão

Heráclito Fortes (PFL-PI).

Já Duque Estrada lembrou que o Cazaquistão é atualmente o quinto maior produtor mundial de petróleo e poderá tornar-se o terceiro maior em 2015. Sua indicação recebeu o voto favorável do relator *ad hoc*, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Também recebeu parecer favorável da CRE o Projeto de

Decreto Legislativo 4/06, que aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica 53, firmado em 2002 por Brasil e México. O projeto teve o voto favorável do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que solicitou urgência — aprovada pela comissão — para a votação da proposta em Plenário.

Suplicy participa de congresso da Unesco no Sri Lanka

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento solicitando ausência da Casa para participar, como palestrante, de um congresso da Unesco em Colombo, no Sri Lanka. O evento, em comemoração ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa (3 de

maio), será realizado de hoje até aquela data. Suplicy adiantou que o tema do congresso será “A mídia e a erradicação da pobreza”.

A Unesco é a entidade da Organização das Nações Unidas (ONU) voltada para a educação, a ciência e a cultura.

— A informação é parte da cidadania. Quanto mais impositivo e autoritário for um sistema de governo, mais ele tentará suprimir a liberdade de imprensa e pensamento, e consegue suprimi-la de fato, na maioria das vezes, usando a força e a intimidação — afirmou.



Para José Jorge, governos “populistas” causam prejuízos a interesses brasileiros

José Jorge critica acolhida de Lula a Bolívia e Venezuela

O líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), criticou ontem a política externa do presidente Lula com relação aos “governos populistas” da América do Sul.

José Jorge referia-se a recente atitude do presidente da Bolívia, Evo Morales, que decidiu expulsar daquele país a empresa brasileira EBX. A companhia estava construindo uma siderúrgica na Bolívia e agora terá de transferi-la para o Paraguai ou o Brasil, com prejuízos de US\$ 50 milhões, equivalentes a um terço do valor total da obra. Outra medida contrária aos interesses brasileiros apontada por José Jorge é a intenção de Morales de nacionalizar as jazidas de petróleo e gás.

O senador criticou ainda a decisão do presidente Lula de, a menos de um ano do término de seu mandato, comprometer-se com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, a construir o gasoduto Venezuela-Brasil-Argentina. O próprio Evo Morales, segundo o parlamentar, considera o gasoduto “uma maluquice”.

José Jorge lembrou do risco de escassez de gás natural no Nordeste e no restante do país, que poderia ser minimizado com a construção dos gasodutos Gasene e Coari-Manaus. Ele observou que tais obras foram interrompidas por falta de recursos, enquanto o gasoduto entre países sul-americanos está “orçado entre US\$ 17 bilhões e US\$ 23 bilhões”.

Para apoiar sua análise, José Jorge citou trechos de palestra recente proferida pelo embaixador Marcos Azambuja, no Instituto Tancredo Neves. Na avaliação do diplomata, o Brasil deve manter uma distância cautelosa de Venezuela, Bolívia e Peru, que estariam vivendo “novo ciclo populista”.

O senador foi apartado pelos colegas peessedebistas Alvaro Dias (PR) e Flexa Ribeiro (PA), que cobraram de Lula uma visão mais realista das relações com aqueles países.

Antero diz que Lula é insensível com o setor produtivo

Segundo Antero Paes de Barros (PSDB-MT), o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, “tem que meditar: se continuar a insensibilidade do presidente Lula e da área econômica com o setor, ele deve renunciar para não permitir que sua biografia fique manchada como traidor do setor produtivo”. O senador apóia as reivindicações do movimento Grito do Ipiranga (de produtores rurais que cobram melhores condições para os agricultores), já aceitas por Rodrigues.

Antero informou que teve uma audiência ontem com o ministro, na qual foram apontados “peque-



Antero sugere que ministro se demita caso agricultores não sejam atendidos

nos avanços” para o setor, como a publicação pelo Banco Central de três resoluções com medidas propostas pelo Ministério da Agricultura, e uma resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), que destinou R\$ 2,2 bilhões para o refinanciamento das dívidas dos produtores com o setor privado.

Tuma pede atenção do governo a ação de frentes como MST

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu atenção especial do governo federal para os episódios de saques, invasões de terra e destruição de propriedades por movimentos sociais no interior do país. Também criticou o fato de o presidente Lula chamar de “caloteiros” os produtores rurais endividados.

O pefelista condenou o uso desse tipo de tratamento “para aqueles que produzem o equilíbrio da balança externa brasileira”. Segundo observou, alguns agricultores sem condições de pagar suas dívidas lutam, agora, para não perder suas terras.

Tuma discordou de declaração



Para Tuma, tomar providências quanto a saques e invasões de terra é cumprir a lei

do ministro-chefe das Relações Institucionais, Tarso Genro, à jornalista Miriam Leitão. Na opinião de Genro, os atos de frentes sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não deveriam ser criminalizados.

– Criminalizar é uma coisa, cumprir a lei é outra – ponderou Tuma.

Delcidio expõe grave crise do agronegócio no Centro-Oeste

Delcidio Amaral (PT-MS) registrou ontem sua preocupação com a crise vivida pelo agronegócio na região Centro-Oeste. Segundo ele, depois de contribuir, em 2005, com US\$ 43 bilhões para as exportações brasileiras – um aumento de quase 11% em relação a 2004 –, o setor sofreu um golpe em sua competitividade pela valorização do real frente ao dólar, pela deficiência na infraestrutura de escoamento da safra, que já amarga redução, e pelos altos custos de transporte.

– Hoje, vivemos na base do improviso. Não há seguro agrícola para proteger o agricultor. Nós temos de lançar papéis no mercado



Delcidio defende um seguro agrícola para proteger os produtores rurais

que possibilitem alongar o débito dos produtores e pagar suas dívidas de insumos com empresas privadas – defendeu.

A ameaça de quebra de contratos entre o governo da Bolívia e empresas brasileiras que atuam naquele país, como Petrobras e EBX, também motivou protestos do petista. Delcidio disse que esse risco já vem gerando demissões.

Líder do PSDB diz que governo está postergando a construção de projetos menores dentro do país e investindo sem prudência em “sonho quilométrico”

Arthur Virgílio critica gasoduto Venezuela-Brasil-Argentina

Comentando editorial publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado “Lesapátria”, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), criticou os “elevados custos e o superdimensionamento” – 10 mil km – do projeto do gasoduto Venezuela-Brasil-Argentina.

– Para um governo que continua postergando a construção do gasoduto Coari-Manaus, de apenas 400 km, o sonho desse quilométrico projeto sugere prudência e, para começar, não deve ser conduzido sorrateiramente – afirmou.

Virgílio considerou fracassados os programas do governo federal, como o Primeiro Em-



Projeto é superdimensionado e tem custos muito elevados, diz Virgílio

prego e o Banco Popular, e disse que é “inerente à condução do projeto do supergasoduto pela administração petista o risco de um fracasso semelhante”.

O senador censurou ainda o

presidente Lula por estabelecer comparações entre o PT e o PSDB com relação às denúncias de corrupção envolvendo membros dos dois partidos.

– O PSDB dispensa análises fajutas de Lula. Estamos muito bem e não nos agradam más companhias – rebateu.

Saúde familiar

Arthur Virgílio anunciou também projeto de sua autoria que visa tornar obrigatória a oferta do regime familiar de plano de assistência à saúde (PLS 113/06).

O objetivo da proposta é estender o direito de cobertura do plano de saúde a pessoas da família que não sejam dependentes econômicos do titular.

Motta acusa Lula e Chávez de usarem “bravatas e mentiras”

“Não bastassem as mentiras e as bravatas do presidente Lula, agora vem um estrangeiro, o presidente da Venezuela Hugo Chávez, dizer que construindo um gasoduto para transportar gás venezuelano cortando o país de ponta a ponta a miséria no Brasil vai acabar.” A crítica foi feita ontem pelo senador João Batista Motta (PSDB-ES), que elegeu como única esperança para o país a vitória de Geraldo Alckmin nas eleições presidenciais.

Motta citou como mentirosa a afirmação que Lula teria feito em

Porto Alegre de que o Brasil “não está longe de atingir a perfeição no tratamento de saúde”.

– Lula vai para a televisão e diz que tem dinheiro para o agricultor, que tem financiamento para a safra, que há preços compatíveis para que o homem do campo possa produzir. É mentira. O agronegócio acabou. O homem do campo está desesperado.

O senador também criticou Lula porque ele teria responsabilizado o Congresso pela não-aprovação da minirreforma tributária, que garantiria o aumento de



Motta: única esperança para o país é a eleição de Alckmin para a Presidência

um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios. O senador observou que, se a proposição – já aprovada pelo Senado – ainda não foi apreciada pela Câmara, o motivo é a falta de interesse do governo.

Parlamento do Mercosul deve ser instalado este ano

O Parlamento do Mercosul – formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – deve ser instalado até dezembro deste ano. A previsão é do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente da Seção Brasil da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Zambiasi declarou ontem que o Parlamento dará maior representatividade e legitimidade democrática ao bloco.

O senador também afirmou que, com o Parlamento do



Zambiasi afirma que nova assembléia dará maior representatividade ao bloco

Mercosul, “os partidos políticos vão participar diretamente do processo de tomada de decisões no âmbito do bloco”. Para ilustrar a importância da nova assembléia, ele ressaltou que, caso o Parlamento já estivesse em atividade, poderia tratar de assuntos como a situação da Petrobras na Bolívia e a questão da

Ponte da Amizade, entre Brasil e Paraguai, entre outros.

Zambiasi também defendeu a integração energética da América do Sul no que se refere à energia elétrica, ao petróleo e, “de forma especial”, ao gás. Ao destacar a importância do “fator energia” para o processo de integração do Mercosul, o parlamentar disse que a União Européia “teve como base, ao ser criada, o uso comum de seus recursos naturais”. Nesse contexto, ele lembrou que, em 1951, seis países europeus (Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo) assinaram um tratado que instituiu a Comunidade Européia do Carvão e do Aço.

Conclusão da votação pode esbarrar em divergências como o prazo de comprometimento da União e a definição do piso salarial dos professores da rede pública

Fundeb começa a ganhar forma, mas ainda pode mudar

Apesar de o texto básico do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) já ter sido aprovado nesta semana pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), as emendas que serão votadas na quarta-feira podem comprometer o substitutivo elaborado pelo relator da matéria, senador José Jorge (PFL-PE).

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 9/06, que institui o Fundeb, em substituição ao atual Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), foi aprovada na Câmara em janeiro e, depois de votada na CCJ e no Plenário do Senado, volta para nova análise dos deputados.

Das 38 emendas apresentadas ao projeto original, 29 já haviam recebido parecer de José Jorge, que resolveu incorporar nove delas, total ou parcialmente, no seu substitutivo. Na discussão da matéria na CCJ, a maioria dos senadores chegou a elogiar o parecer do relator, declarando que votaria favoravelmente à proposta. Mas foram as últimas nove emendas apresentadas pelo PT – cinco pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (SP), e quatro por Sibá Machado (AC) – que impediram a conclusão da votação da PEC na reunião.

Para convencer os senadores a concordarem com o adiamento da votação da matéria, Mercadante defendeu a necessidade de mais uma semana para aprofundar a discussão, com entidades ligadas à área da educação, sobre questões importantes como a jornada, a carreira e o piso salarial dos professores da rede pública de ensino, além da complementação dos recursos do fundo por parte da União. O líder do governo comprometeu-se ainda a apoiar a conclusão da votação da matéria na próxima reunião da CCJ, além de pedir urgência para que o texto seja votado pelo Plenário na tarde do mesmo dia.

Emendas

Uma das emendas apresentadas por Mercadante amplia o prazo de comprometimento da União com o Fundeb de dois para três anos. A modificação prevê que a União contribua com R\$ 2 bilhões, no primeiro ano de vigência do novo fundo, R\$ 3 bilhões, no segundo ano e R\$ 4,5 bilhões, no terceiro. Pelo substitutivo aprovado, esse

comprometimento será também de R\$ 2 bilhões no primeiro ano, mas de R\$ 4,5 bilhões já no segundo ano, e, do terceiro em diante, prevê a aplicação de 10% da soma de receitas do fundo, referentes ao ano anterior, que sofrerão atualizações anuais pelo índice oficial de inflação.

Para evitar que o governo descumpra os prazos previstos na lei,

José Jorge acrescentou artigo ao substitutivo proibindo o contingenciamento orçamentário dos recursos destinados ao Fundeb pela União, que deverá ser ainda enquadrada em crime de responsabilidade caso não complemente os recursos como determinado. Essa alteração também poderá sair do texto, se forem aprovadas as emendas apresentadas pelo PT.

A justificativa apresentada para a modificação é a de que o artigo 160 da Constituição já oferece proteção adequada às transferências constitucionais obrigatórias. Esse dispositivo veda a retenção ou qualquer restrição à entrega dos recursos e ao emprego da verba pelos estados, Distrito Federal e municípios.

Na apresentação do substituti-

vo, José Jorge lembrou, no entanto, que a inclusão do artigo é necessária justamente para obrigar a União a cumprir a norma constitucional.

– Essa emenda parece-nos oportuna, em especial porque esse dispositivo [da complementação] tem sido sistematicamente desobedecido pela União na operação do Fundef – destacou o relator.

Se depender do PT, a previsão de reajuste dos valores investidos pelo governo federal com base no “índice oficial de inflação” deverá ser alterada para “atualização anual, de forma a preservar, em caráter permanente, o valor real da complementação da União”.

PIS e Pasep

Os senadores da base do governo também querem retirar do substitutivo a previsão de que parte dos recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) seja destinada ao financiamento da educação infantil. Pela Constituição, a arrecadação dessas contribuições destina-se ao programa de seguro-desemprego e a um abono anual de um salário mínimo pago a empregados de empresas que contribuam para o PIS e o Pasep.

Pelo texto-base do Fundeb aprovado na CCJ, os recursos dos dois programas passariam a financiar, além da educação infantil, a qualificação e a educação profissional do trabalhador e de seus dependentes. Na justificativa à emenda, Mercadante afirma que essas duas contribuições já estão “fortemente” comprometidas com as previsões constitucionais.

– Entendemos que cabe um reforço de direcionamento à qualificação profissional do trabalhador, mas não é conveniente misturar com a educação infantil, para a qual está sendo construído o mecanismo do Fundeb – afirma.

Os senadores do PT querem mais tempo para aprofundar a discussão em torno da jornada, da carreira e do piso salarial nacional dos professores da rede pública. De acordo com o substitutivo, o piso nacional deverá ser criado por lei federal, a partir da instituição do Fundeb. Emenda apresentada por Sibá retira do texto-base a previsão de que o piso salarial será instituído por lei federal.

– A fusão das duas discussões na mesma lei seguramente irá dificultar acordo que leve à rápida vigência do fundo – argumenta.



Waldemir Rodrigues

Novo fundo inclui estudantes do ensino infantil e do ensino médio, além de prever incentivos aos professores da rede pública

Número de alunos define distribuição de recursos

O Fundeb, aprovado pela Câmara em janeiro, teve origem em proposta enviada pelo Executivo em junho de 2005. O dispositivo substituirá o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), terá vigência nos próximos 14 anos e será distribuído aos estados e municípios de acordo com o número de matrículas nos cursos regulares presenciais em todas as etapas e modalidades da educação básica pública. As variações de valor por aluno serão estipuladas por lei federal.

De acordo com a proposta, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica será composto por 20% da receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto sobre Transmissão de Bens e Direitos Causa Mortis (ITCD), dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Mu-

nicipios (FPM), do Imposto sobre Produtos Industrializados destinados à Exportação (IPI-Exp), da transferência da União aos estados e municípios resultante da compensação pela desoneração de ICMS (Lei Kandir) e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Uma das principais diferenças entre o Fundeb e o Fundef é que este último atende apenas aos alunos do ensino fundamental, enquanto o Fundeb será estendido também aos estudantes do ensino infantil – englobando inclusive as creches que abrigam crianças de até cinco anos – e aos do ensino médio.

O Fundeb tem também o objetivo de valorizar o trabalho dos professores da rede pública, com a implantação de um piso salarial de âmbito nacional, a ser fixado por lei federal, para os professores que ingressarem na carreira por meio de concurso público. Pela proposta, 60% dos recursos do fundo serão destinados exclusivamente ao pagamento

dos profissionais do magistério, assim como já acontecia no Fundef.

O novo fundo visa aumentar ainda a participação da União no financiamento do ensino, que, atualmente, é praticamente mantido pelos estados e municípios, explicitando os valores que deverão ser complementados pelo governo federal e introduzindo mecanismos para impedir que esses recursos se desvalorizem ou sejam inferiores aos aplicados pelo Fundef.

O Fundeb também estende a abrangência de aplicação do salário-educação – recolhido pelas empresas – do ensino fundamental a toda a educação básica e determina que essa contribuição social será distribuída proporcionalmente ao número de estudantes matriculados nas respectivas redes públicas de ensino.

– Essa é uma antiga reivindicação dos prefeitos, já disposta em lei, que é oportunamente constitucionalizada – afirmou o relator da matéria na CCJ, senador José Jorge.